

TRABALHADORES E POLÍTICA: A ATUAÇÃO DOS MILITANTES DO PCB NO MOVIMENTO OPERÁRIO PARANAENSE

Claudia Monteiro¹

Resumo: O presente artigo visa debater os intercâmbios entre a militância comunista e a militância no movimento operário a partir da análise das experiências e trajetórias das organizações, uniões e associações promovidas pelos trabalhadores paranaenses entre os anos de 1945 e 1950, em especial a União dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e a União dos Trabalhadores do Paraná. O nosso objetivo é mostrar a indissociável ligação entre política, movimento operário e trabalho nas ações dos trabalhadores ligados ao Partido Comunista do Brasil. As fontes foram pesquisadas majoritariamente no Departamento de Arquivo Público do Paraná, no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social.

Palavras-chave: Militância, Comunismo, Trabalhadores

WORKERS AND POLITICS: THE PERFORMANCE OF THE PCB MILITANTS IN THE LABOR MOVEMENT PARANAENSE

Abstract: This article intends to discuss exchanges between the communist militancy and militancy in the labor movement from the analysis of the experiences and trajectories of organizations, unions and associations promoted by Paraná workers between the years 1945 and 1950, in particular the União dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina and the União dos Trabalhadores do Paraná. Our goal is to show the inextricable link between politics, labor movement and work in the actions of labor linked to the Communist Party of Brazil. The sources were researched mainly in the Public Archives Department of Paraná, in the Police's collection of Political and Social Order.

Keywords: Militancy, Communism, Workers.

Introdução

No debate historiográfico acerca da conjuntura política e social brasileira dos anos situados entre 1945 e 1964, já há algum tempo tem sido

¹ Doutora em História pela UFPR, Professora Adjunta do curso de graduação em História da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

amplamente criticada e abandonada a noção de heteronomia das classes trabalhadoras em relação ao Estado dito populista e ao Ministério do Trabalho. Neste sentido, analisando o conceito e os pressupostos em torno da tradicional noção de populismo, Ângela de Castro Gomes² observou que, na medida em que se atribuía um papel todo poderoso ao Estado, como controlador das massas, os trabalhadores não podiam por isso ser mais do que vítimas facilmente cooptadas diante da doutrinação, da propaganda estatal, do controle operário, dos sindicatos pelegos, da demagogia, e de todos os artifícios implantados pelos governos populistas. Aos trabalhadores era-lhes imputada, sobretudo, a falta: de consciência, de organização, de iniciativa, de resistência. Essa interpretação pejorativa e equivocada via nos trabalhadores brasileiros somente os herdeiros do escravismo, do coronelismo e do messianismo que, acostumados à tutela, eram incapazes, portanto, de se constituírem enquanto classe.

A relação entre Estado e trabalhadores no período que vai do fim do Estado Novo à deposição de João Goulart em 1964, tem sido interpretada recentemente como uma via de mão dupla: os líderes políticos não tinham o monopólio da produção de ideias, pois havia um papel ativo de interlocução dos trabalhadores neste processo. Ou seja, as pesquisas e os estudos de caso acerca da história social do trabalho que, em sua maior parte, visam analisar empiricamente realidades específicas, demonstram que os trabalhadores apoiaram Vargas e outros líderes, trabalhistas ou comunistas, porque se apropriavam e reinterpretavam o discurso oficial e dele tiravam argumentos em prol de suas reivindicações, dando-lhes novos e diferentes significados. De acordo com Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, estas pesquisas têm repensado a participação política dos trabalhadores à margem das tradicionais noções de autonomia e heteronomia de classe, havendo, portanto, uma mudança de perspectiva com o intuito de “[...] compreender

² GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 46.

os trabalhadores em seus próprios termos, como viam e viviam seu mundo social e como, em sua consciência, respondiam a esse mundo”.³

Neste sentido, é preciso também repensar as relações que os trabalhadores tinham com os dirigentes sindicais e partidários, mesmo porque, estes também eram trabalhadores e, muitas vezes, em suas trajetórias, militância político-partidária e sindical, se misturava às experiências no mundo do trabalho. E, nesse sentido, quando se observa as pautas e reivindicações daquele período, embora tenhamos algumas hipóteses, é difícil definir claramente de onde elas advinham: se eram demandas das bases, dos sindicatos ou dos militantes de partidos políticos.

Tendo em conta estas considerações, analisaremos neste artigo o movimento operário no Paraná entre 1945 e 1950, especificamente o papel dos militantes do PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil)⁴ naquela conjuntura. Buscamos observar sua atuação na organização de uma intersindical, a União dos Trabalhadores do Paraná, fundada em 1946, que tinha a intenção de unificar as lutas e reivindicações de trabalhadores pertencentes a sindicatos e associações de diversos segmentos e categorias, tanto do meio rural quanto no meio urbano no Estado do Paraná, e também em outras organizações paralelas ao sindicalismo oficial como a União dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, fundada oficialmente como uma sociedade civil em 1950.

O movimento operário no Paraná e o PCB

Nas resoluções aprovadas em plenária da Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, apresentou-se como uma das principais necessidades do trabalho com as massas, a intensificação da atuação do

³ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). Op. cit., 2001, p. 216.

⁴ Posteriormente, em 1960, com a intenção de conseguir a legalização e disputar as eleições, o PCB mudaria o nome de sua legenda para Partido Comunista Brasileiro.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

partido no meio sindical, que deveria ser encarado por todo o Partido, dos organismos superiores aos de bases, como tarefa fundamental para a sua ligação com os trabalhadores. Segundo as resoluções da Conferência, os sindicatos deveriam ser transformados em fortes e poderosas organizações capazes de dirigir o proletariado na conquista de suas reivindicações.⁵

Hélio da Costa nos chama a atenção para os desencontros da política sindical do PCB logo após a anistia em 1945, criando momentos de tensão entre a dinâmica do movimento operário e as resoluções do Partido, que lançava ao operariado o imperativo de “apertar os cintos”, conter conflitos e greves para a consolidação de uma “Frente Ampla” de união, que agregaria uma suposta burguesia progressista e o proletariado em defesa da democracia. Com isso, surgia na experiência concreta “dois PCs”, um PC das bases e outro dos dirigentes.⁶ Os militantes de base precisavam se inserir no processo produtivo do capitalismo, tinham que trabalhar para melhorar suas condições de vida. As questões econômicas eram para eles tão importantes quanto a “defesa da democracia”, por isso não deixavam de lutar pelo aumento salarial mesmo que isso resultasse em conflitos de classes e conseqüentemente decompusesse a ampla frente de “União Nacional” defendida pelo PCB na conjuntura de 1945.

Independentemente do apoio do PC, houve uma grande escalada no número de greves a partir de 1946. De acordo com Marco Aurélio Santana, “[...] o PCB vai ao longo dos anos 1945-46 deslizar de uma posição contrária às greves para uma posição de aceitação delas, e mesmo de uma participação de forma variada nos movimentos.”⁷ Para os militantes comunistas era imprescindível apoiar estas lutas por melhores salários e ouvir as reivindicações advindas dos trabalhadores, senão eles próprios não seriam ouvidos.

⁵ CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982, p.68-69.

⁶ COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

⁷ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p.57.

Com a cassação do mandato do PCB em 1947, será promovida uma ofensiva completamente diversa.

[...] a estratégia sindical a ser implementada pelo PCB sofreu alterações profundas a partir de meados de 1948. Os sindicatos perderam a sua dimensão de polo aglutinador da atividade sindical. Esse papel passou a ser desempenhado pelas organizações nos locais de trabalho, de onde surgiram as estruturas alternativas e autônomas em relação ao Estado. [...] A possibilidade de atuação, na estrutura oficial, foi encarada com bastante ceticismo. O esforço do partido (pelo menos do núcleo dirigente) voltar-se-ia para a formação de associações profissionais ou centro operários, paralelos ao sindicalismo oficial.⁸

O Decreto de sete de maio de 1947 possibilitou a intervenção estatal em todos os sindicatos que haviam aderido à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), determinando assim, um progressivo esvaziamento dos sindicatos oficiais. Além destas intervenções, havia categorias que estavam proibidas de se organizarem em sindicatos oficiais, como os trabalhadores rurais e os funcionários de estatais.

Na interpretação de Sidnei Munhoz, as razões para as duras perseguições aos comunistas e ao movimento operário no governo Dutra tem origem tanto endógenas quanto exógenas. Dutra não apresentou grandes inovações nas práticas herdadas do Estado Novo de repressão aos movimentos populares, um tipo de violência que sempre foi aceito e muitas vezes apoiado pelas elites nacionais, conservadoras e anticomunistas. Além disso, a política externa brasileira, de um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, foi responsável por um retrocesso no processo de democratização iniciado no final da ditadura Vargas. Com a emergência da Guerra Fria e aos primeiros sinais de uma ação coordenada pelos norte-americanos objetivando conter qualquer influência soviética na América Latina, Dutra não hesitou em caçar o registro do PCB, suprimir a influência

⁸ Id. *ibidem*, pp. 130-131.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

comunista no movimento operário e perseguir militares e políticos vinculados à esquerda.⁹

A consequência é uma mudança nas orientações do PCB: Adotou uma postura que representava o extremo oposto da política conciliadora de União Nacional. A partir de 1948, suas ações se concentraram em criticar o governo Dutra e denunciar a falsidade e limitações da democracia instaurada em 1945. Em relação ao movimento operário, a estrutura sindical oficial foi, a partir daí, constantemente atacada, os quadros do Partido foram orientados a abandonarem os sindicatos oficiais e a organizarem sindicatos paralelos.

No Paraná, uma das consequências desta estratégia de incentivo de associações profissionais não ratificadas pelo Ministério do Trabalho foi a criação da União dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, que teve atuação de 1950 a 1964. Entre as lideranças desta entidade estavam alguns militantes do Partido Comunista, tais como Miguel Pan, Claudemiro Batista e Esmeraldo Blasi Júnior. Todos os três fizeram parte da direção estadual do PCB. Miguel Pan foi também tesoureiro da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná e participou, como delegado do Paraná e líder ferroviário, do II Congresso Mundial pela Paz, realizado em Viena, no ano de 1953.

Mesmo considerando-se a dinâmica própria da União dos Ferroviários e suas lutas específicas relacionadas ao mundo do trabalho ferroviário – como o aumento de salários, a estabilidade, o sábado inglês, a assistência em caso de doença ou invalidez, a lei de aposentadorias, etc. – constava também entre suas pautas a luta pela manutenção da paz entre as nações e contra a participação do Brasil em guerras de conquistas¹⁰ (ou seja, a Guerra da Coreia ocorrida entre 1950 e 1953), reivindicações intrinsecamente relacionadas às

⁹ MUNHOZ, Sidnei. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. Revista Diálogos, UEM, v. 6., 2002, p. 41-59.

¹⁰ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Noticiário da União dos Ferroviários. Jornal “Tribuna do Povo” (28/04/1951). Pasta temática “União dos Ferroviários”, n.2301, cx.258, p.02, Fundo DOPS.

pautas e deliberações do Comitê Central do PCB do começo da década de 1950.

Enquanto existiu, a União dos Ferroviários foi constantemente cerceada e vigiada: no âmbito da ferrovia pelos superintendentes da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; da burocracia sindical pelo Ministério do Trabalho e da polícia política, pela DOPS-PR (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná). Esta última, em seu trabalho constante de investigação acerca de manifestações políticas e populares que poderiam, segundo a ótica da repressão, colocar em risco a “ordem social”, reuniu um vasto acervo sobre a militância comunista no Paraná. Tais fontes (o fundo DOPS sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná) nos permite acessar os meandros das atividades políticas dos trabalhadores paranaenses.

Essa vigilância se evidencia em um ofício encaminhado pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que informava ao Delegado da DOPS que a entidade denominada União dos Ferroviários não era registrada naquele ministério. O documento acrescentava ainda observações que, segundo a legislação em vigor, as chamadas Uniões Sindicais eram ilegais, sendo reconhecidos como órgãos representativos dos trabalhadores somente sindicatos, federações e confederações. Lembrava ainda este documento que, por força do Decreto Federal de maio de 1947, do governo Dutra, “[...] foi suspensa o funcionamento em todo o território nacional das organizações mencionadas como “Uniões”, pois se tratava de associações ilegais e contrárias a paz social”.¹¹ Sabemos o quanto este argumento da “paz social” foi e tem sido utilizado em vários momentos da história republicana brasileira para cercear e proibir movimentos populares e a organização dos trabalhadores. Este decreto atingiu naquele ano mais de uma centena de entidades sindicais em todo o Brasil, que em uma canetada, foram determinadas como ilegais.

¹¹ Departamento de Arquivo Público do Paraná, Ofício nº 840, 19/08/1950, fl. 34, pasta 2301, fundo DOPS.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Dado o evidente cerceamento do Ministério do Trabalho, entre 1948 e 1951, o PCB defendeu e orientou ativamente os trabalhadores a se organizarem em entidades paralelas aos sindicatos oficiais. No entanto, conforme considerações de Augusto Buonicore, em nenhum momento é abandonada a ideia de reconquistar a diretiva e a atuação nos sindicatos, demonstrando a duplicidade da política sindical comunista:

De um lado não se prende ao sindicalismo oficial como a única forma legítima de representação das classes trabalhadoras, por outro não propõe a supressão do sindicalismo existente por um novo e, sim, um convívio entre ambos, e, por fim, a incorporação do último no primeiro.¹²

Mesmo sendo decretada como ilegal perante o Ministério do Trabalho, a União dos Ferroviários continuou existindo, tendo uma importante atuação entre os trabalhadores até o ano de 1964. Neste ano a União foi extinta devido à intensificação da perseguição política com o golpe que instaurou a ditadura no país.

Entre 1950 e 1964, a União dos Ferroviários foi umas das entidades de trabalhadores mais ativas e combativas do movimento operário paranaense. Teve significativa representatividade entre os trabalhadores, atestada pelo fato que estes contribuía voluntariamente com certa quantia mensal, contando a entidade com mais de 500 filiados. Como espaço de criação de redes de solidariedades e atuando como organização política por quase duas décadas, a existência da União dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina contraria a avaliação do fracasso desta estratégia de paralelismo sindical, proclamadas na época (década de 1950) pelas próprias direções do PCB.¹³

¹² BUONICORE, Augusto Cezar. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, v.7, n. 12/13, 2000, p.18.

¹³ Esta questão é abordada nas obras de CARONE, Edgar. Op. Cit. (1982).

A União dos Trabalhadores do Paraná

No Paraná o PCB teve maior influência entre os trabalhadores urbanos, principalmente ferroviários e portuários, categorias que representavam um dos maiores graus de concentração de trabalhadores na época, mas também teve uma grande influência no meio rural, em áreas de conflitos de terras, especialmente Porecatu, no extremo Norte do estado.

Para Gildo Marçal Brandão, em cidades portuárias e ferroviárias, caracterizadas por um forte sentimento de comunidade, ser operário é ser sindicalista e comunista. Esse fenômeno ultrapassa o âmbito organizacional e partidário, porque resulta não apenas de uma opção ideológica e política, mas configura um *ethos* comunitário, um modo de vida local.¹⁴

Ferrovários e portuários eram categorias fundamentais para o movimento operário na época, pois as greves na ferrovia e no porto tinham um grande poder de barganha: uma paralização no setor de transporte podia causar enormes prejuízos para a economia agroexportadora. A presença de células e de militantes do PCB destacou-se bastante nas cidades por onde passavam os trilhos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, como Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Apucarana, Morretes e também em cidades portuárias como Antonina e Paranaguá.¹⁵ A célula do PCB entre os ferroviários em Curitiba tinha três subseções: setor de mecânica, setor de tráfego, seção de administração. Além das campanhas promovidas dentro da Rede de Viação, os ferroviários que militavam no PCB agiam em comitês

¹⁴ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.182.

¹⁵ Boris Fausto, analisando a conjuntura da Primeira República, observa que o setor de serviços (ferrovias e portos) se tornou estrategicamente o mais relevante da economia, dele dependendo o funcionamento da economia agroexportadora. Por este fato, o autor afirma que os ferroviários e portuários tenderam a se impor na primeira metade do século XX por ser o núcleo mais estável do sindicalismo brasileiro. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito industrial (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1983, (Coleção Corpo e Alma do Brasil), p.122-123.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

comunistas nos bairros de Curitiba, nos comitês estadual e municipal¹⁶ e também no interior do Estado, em cidades como Ponta Grossa, União da Vitória, Rio Negro e Paranaguá. Nesta última, além dos ferroviários, os comunistas contavam com o apoio dos estivadores do porto, que agiam na célula do PCB na estiva e também participavam do comitê municipal.¹⁷

O Partido Comunista foi responsável por inserir um elemento novo na política paranaense ao apresentar como candidatos aos cargos parlamentares operários oriundos das camadas populares. E estes candidatos foram, em alguns casos, amplamente votados, o que representava um comportamento eleitoral surpreendente considerando-se a orientação do eleitorado paranaense, que majoritariamente tem elegido elementos da elite econômica e política. Na cidade de Paranaguá, o candidato do PCB, o estivador e líder sindical José Bezerra de Vasconcellos em 1945, conquistou 443 votos. Na eleição seguinte o também estivador Manoel Leandro da Costa Júnior conquistou 775 votos.

Nas eleições municipais para vereadores, ocorridas em novembro de 1947, foram eleitos vários candidatos comunistas que eram trabalhadores provenientes das camadas populares: o pedreiro Manoel Jacinto Correa em Londrina, o padeiro Adão Toledo Aghar do Nascimento em Antonina, João Batista Teixeira, estivador do porto, em Paranaguá, o carpinteiro Mario Urias de Melo em Jataizinho e a professora primária Maria Olímpia Carneiro. Mas, como no mês de novembro o registro do PCB já havia sido cassado, estes candidatos concorreram com legendas de outros partidos e eram anunciados somente como “vereadores de Prestes”, ou como “candidatos de Vieira Neto”, deputado estadual e liderança de prestígio do PCB no Paraná.

O fato de ter trazido os trabalhadores para a cena política, que costumava ser o palco de movimentação das elites econômicas e intelectuais

¹⁶ Departamento de Arquivo Público do Paraná, pasta temática “Comitê Comunista Cajuru”, n.263, top.29; pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n.0264, top.29; pasta temática “Comitê Comunista Água Verde”, n.0262, top.29, fundo DOPS.

¹⁷ Departamento de Arquivo Público do Paraná, pasta temática “PCB - documentos diversos - SP”, n.1468c, top.174, fundo DOPS.

era, sem dúvida, uma novidade.

Além de figurarem como candidatos do PCB, os trabalhadores paranaenses também assumiram cargos importantes da estrutura partidária instaurada em 1945. Dos cinco membros do Secretariado do Comitê Estadual, três deles eram ou já haviam sido trabalhadores da Estrada de Ferro: Walfrido Soares de Oliveira, do serviço de montagem nas oficinas;¹⁸ Vilário Frederico Muller, mecânico¹⁹ e Elias Neves de Miranda, funcionário do almoxarifado da Rede.²⁰ Dos onze demais membros do diretório eleito para os anos entre 1945 e 1947, seis já haviam trabalhado na Rede ou ainda eram ferroviários.²¹

Outra estratégia importante da militância comunista em relação aos trabalhadores, foi a instalação de Comitês Democráticos Populares e posteriormente Células do Partido nas empresas e nos locais de trabalho. No Paraná, estas células de empresa desempenharam um papel de intermediação política entre o PCB e os trabalhadores urbanos.

Uma iniciativa para integrar trabalhadores de outras categorias foi a União dos Trabalhadores do Paraná, criada a partir do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, que foi realizado nos dias 28 e 29 de julho de 1946, em Curitiba, na qual estiveram presentes diversas entidades representativas dos trabalhadores da Capital, do litoral e do interior do Estado, além de representantes do governo, como o interventor estadual Brasil Pinheiro Machado.

Segundo as resoluções do II Congresso Sindical, a União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná seria composta pelas seguintes entidades:

¹⁸ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Autos de inquérito, declaração prestada por Walfrido Soares de Oliveira (26/11/1935), pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)”, n.1468 a, cx. 174, fundo DOPS.

¹⁹ Departamento de Arquivo Público do Paraná, ficha individual de Vilário Muller, n.33.121, fundo DOPS.

²⁰ Departamento de Arquivo Público do Paraná, pasta individual de Elias Neves de Miranda, n.1012, cx. 329, e ficha n.26.003, fundo DOPS.

²¹ Segundo dados levantados por GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR, p.163.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

De Sertanópolis a União Camponesa do Distrito de Jaguapitã;
De Londrina o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários; o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil do Norte do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira do Norte do Paraná; a União dos Lavradores do Patrimônio de Marrecas; a Liga Camponesa do Córrego do Mitaim e a Comissão dos Comerciantes;
De Monte Alegre a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Papel e Papelão;
De Antonina o Sindicato dos Trabalhadores em Moinhos de Trigo, Milho e Mandioca e o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador;
De Paranaguá o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Armazenador; a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria em Construção Civil; a Associação dos Conferentes em Cargas e Descargas; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e o Sindicato dos Estivadores;
De Irati o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Madeira;
De Ponta Grossa a Comissão Sindical dos Operários em Bebidas;
De Curitiba a Associação Profissional dos Oficiais Marceneiros; a Associação dos Trabalhadores da Indústria do Fósforo; a Associação Profissional dos Ferroviários da RVPSC; a Associação Profissional dos Barbeiros, Cabelereiros e Manicures; a Comissão dos Trabalhadores em Construção Civil; a Comissão Jornalística do Estado do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica; o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos; o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Mate; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cervejas e Bebidas; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Artefatos de Couro e o Sindicato dos Bancários.²²

Em relação às leis regulamentadoras da organização e da estrutura sindical, que cassavam completamente a autonomia e a liberdade dos sindicatos e dificultava, pelas diversas exigências burocráticas, a organização dos trabalhadores, separando-os em grupos estanques de caráter corporativista e beneficente, o II Congresso dos Trabalhadores do Paraná propunha a defesa da unidade sindical como o princípio básico do movimento

²² Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n.1952, cx. 226.

operário. Neste sentido, condenava a pluralidade sindical (lei instaurada no governo provisório de José Linhares que assumiu a presidência da república em 1945, após a deposição de Getúlio Vargas) bem como toda tentativa de divisionismo, como traição aos interesses reais da classe trabalhadora.

Sobre a organização sindical, o congresso defendia que os sindicatos se estruturassem com base na indústria e não por empresa, exceto em pequenas cidades sem setores industriais consolidados e em certos serviços públicos, como ferrovias, água, energia elétrica, etc., que até aquele momento não tinham direito de sindicalização. Por isso, uma das reivindicações era a extensão da sindicalização a todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais e funcionários extranumerários, autárquicos e paraestatais, como era o caso dos ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Também defendia o direito de sindicalização aos trabalhadores domésticos e agrícolas. Sobre os assalariados agrícolas, uma resolução especial recomendava aos trabalhadores que facilitassem por todos os meios a criação de ligas e uniões camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores do campo.

Visando expandir a organização dos trabalhadores, uma das propostas apresentadas foi criar comissões nos locais de trabalho para incentivar a sindicalização e manter o contato com os trabalhadores através de assembleias periódicas, cursos e conferências para a elevação do nível cultural dos mesmos. Ainda como teses e reivindicações gerais dos trabalhadores, propunha-se a luta por diversos benefícios sociais, considerando-se o elevado custo de vida e os baixos salários que obrigavam os trabalhadores, dado o seu estado de pobreza, a residir em pardieiros, casas coletivas e cortiços. Entre os benefícios recomendava-se a construção de habitações proletárias “confortáveis e higiênicas” e próximas aos locais de trabalho, cujo aluguel não ultrapassasse 15% da renda do trabalhador; cessão gratuita de terrenos destinados à edificação; licença para a construção de casas de madeira nas zonas habitadas por operários; regulamentação das

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

aposentadorias por invalidez; auxílio-maternidade; auxílio-enfermidade e auxílio-funeral.²³

As reivindicações revelam os interesses ligados ao cotidiano dos trabalhadores, seus problemas diários, as questões e dificuldades materiais, como a luta por melhores salários, moradias e condições de vida dignas. Mas também demonstram interesses políticos, o direito de se sindicalizar e a luta pela construção de um movimento sindical autônomo, que denota um novo horizonte de expectativa diante das possibilidades da luta por direitos possibilitada com a abertura política pós Estado Novo.

Percebe-se pela grande quantidade de entidades envolvidas neste Congresso que, no Paraná, embora não houvesse na época um parque industrial considerável que pudesse concentrar um número relevante de operários, havia uma grande movimentação dos trabalhadores de diversas categorias em busca de se organizarem e lutarem por suas reivindicações. Neste sentido, utilizavam-se tanto da estrutura sindical oficial, implantada durante o governo Vargas, quanto de estratégias alternativas por meio da criação de associações profissionais, comissões, uniões e ligas, isto no caso de categorias excluídas da CLT e proibidas de se sindicalizar como os trabalhadores agrícolas, como a Liga Camponesa do Córrego de Mitain (de Londrina) e a União Camponesa de Jaguapitã (próximo a Porecatu, palco do posterior conflito por terras na região).

Tal fato indica que os trabalhadores paranaenses já tinham uma experiência vivida enquanto classe, construída nas décadas anteriores, por meio de movimentos grevistas e do associativismo, principalmente entre categorias mais numerosas, como os estivadores e os ferroviários.

O envolvimento dos membros do PCB na organização e fundação da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná não é explícito. Uma das resoluções defendidas no Congresso era justamente que os sindicatos tivessem uma completa autonomia orgânica, política e administrativa em

²³ Idem.

relação ao Estado e quaisquer outras forças político-partidárias ou religiosas. No entanto, o próprio nome da entidade como “União Sindical” e o apoio decidido dado à criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) – entidade arquitetada pelos comunistas, que depois será criada com o nome de Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) – indicam a forte presença dos comunistas nos trabalhos de fundação da intersindical estadual.

Este envolvimento fica mais evidente quando observamos os nomes escolhidos para a primeira diretoria, pois vários deles figuravam como militantes bastante ativos do PCB: Nilo Biazetto (membro do Comitê Estadual do PCB e líder do Sindicato dos Bancários); Esmeraldo Blasi Júnior (secretário político da Célula do PCB no bairro do Bigorrião e membro da Associação Profissional dos Ferroviários da RVPSC); Waldemar Reikdal (ex-deputado classista em 1934 e comunista desde a década de 1930, membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba) e Bernardo Burda Filho (membro do Comitê Estadual e representante do Sindicato dos Trabalhadores em Artefatos de Couro). O presidente da entidade Ubiratan Peixoto de Mattos, que não era membro do PCB, será substituído pelo militante comunista Nilo Biazetto dois meses depois. Além disso, dentre os membros das entidades participantes da fundação da União Sindical ou que a apoiaram por meio de telegramas, vários eram militantes comunistas.

As entidades criadas sob a liderança de membros do Partido Comunista tiveram pouco tempo de atuação. Em maio de 1947, o mesmo decreto-lei n.23.056 que fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, também declarou ilegais as entidades denominadas “União” e quaisquer outras associações profissionais não registradas no Ministério do Trabalho, existentes em todo o país.

No Paraná, sustentado pelo decreto-lei federal, o procurador da República propôs a dissolução da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná, filiada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil, sob a

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

alegação de que a mesma sociedade não estava registrada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como prescrevia a Consolidação das Leis do Trabalho. Além disso, alegava que “[...] desenvolvendo intensa ação política no meio trabalhista e criando um ambiente de agitação subversiva, se fez a União um foco de ativa propaganda comunista, reunindo em seu seio os mais ativos adeptos do credo vermelho”.²⁴

A ação judicial acrescentava que a militância política no meio sindical era expressamente vedada pela lei, isto em um contexto dito democrático. Por isso, a União Sindical era passível de sanções legais previstas pelo governo no caso de atividades contrárias à ordem política e social.

No entanto, no Paraná, os comunistas insistiram em organizar as intersindicais e as Uniões de Trabalhadores. Foi o caso da fundação, em 1950, da já mencionada União dos Ferroviários da RVPSC e, no mesmo ano, a refundação da União dos Trabalhadores do Paraná, ambas registradas em cartório como sociedades civis.

Segundo os Estatutos, a sociedade civil denominada União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), criada a partir da realização em Paranaguá do 3º Congresso Sindical com a participação de lideranças de ferroviários e estivadores, tinha por finalidade unir e organizar os trabalhadores do Paraná, “[...] sem distinção de profissão, raça, religião ou convicção política e fortalecer a solidariedade nacional e internacional dos trabalhadores”.²⁵ Dentre suas reivindicações estavam lemas recorrentes do discurso comunista na década de 1950: a interdição da bomba atômica, a luta pela paz e contra o envio de tropas brasileiras para a luta em terras estrangeiras, contra a carestia de vida, etc. Com a clandestinidade e a proibição de propagar o nome do partido, no contexto da década de 1950, a luta pela paz e contra a bomba

²⁴ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Cópia de ação de dissolução de acordo com o contido no Diário Oficial, p.3 (17/03/1948). Pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n.1952, cx. 226, p.11-12, fundo DOPS.

²⁵ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Extrato dos Estatutos da União dos Trabalhadores do Paraná (22/10/1951). Pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n.1952, cx. 226, p.19, fundo DOPS.

atômica foi o meio encontrado pelos comunistas para permanecerem em evidência, manifestando publicamente suas bandeiras.

Considerações finais:

Na análise dos partidos comunistas, a relação entre o partido e o movimento mais amplo da sociedade é reveladora de uma constante tensão entre o comunismo e sua alteridade, o anticomunismo, que apresenta maior ou menor intensidade de acordo com as conjunturas históricas específicas. Como demonstrou a análise de Rodrigo Patto Sá Motta, o anticomunismo no Brasil teve dois momentos de clímax: a conjuntura imediatamente após a tentativa de rebelião empreendida pelos comunistas em novembro de 1935, e os momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964.²⁶

Na atual conjuntura de 2016, dado o resgate do imaginário anticomunista perpetrado pela nova direita, exposto de forma intensa e enfática nas redes sociais e nas manifestações de milhares de pessoas que foram as ruas em 2015 e 2016 em prol do impeachment, podemos certamente nos questionar se não vivemos uma terceira onda anticomunista.

A peculiaridade do momento atual reside na total falta de senso de realidade, por não haver nenhum partido de importância que aglutine as esquerdas e que se autodenomine comunista, como era o caso do PCB, além de não haver, na conjuntura internacional, nada que se assemelhe ao que foi a União Soviética na geopolítica do século XX.

Apesar de ter seus momentos de clímax, o imaginário anticomunismo é um elemento constante na política brasileira, pelo menos desde que o comunismo passou a ser considerado uma ameaça real com a Revolução de 1917. Não foi diferente nos anos que se seguiram à abertura política em 1945. Naquele contexto, os militantes do PCB se empenharam na construção de um

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

partido de massas com o recrutamento de novos membros para as suas fileiras. O processo de expansão partidária do PCB entre os trabalhadores e outros setores da sociedade, como estudantes, intelectuais, artistas, mulheres, não ocorreu sem conflitos e ataques de grupos antagônicos ao estabelecimento do PCB como um partido constitucional, tanto no âmbito do discurso quanto na ação do poder público, policial e judiciário.

A exploração de um imaginário anticomunista é um elemento constitutivo da história da militância comunista no Paraná. O anticomunismo manifestava-se, sobretudo, nos discursos da igreja católica, nos periódicos da imprensa, nas campanhas eleitorais, na propaganda política, nos debates da câmara de deputados, nas mensagens dos governadores, etc. Estes discursos também serviram como argumentos para justificar a repressão policial e o silenciamento dos sujeitos, significativo para entender um processo violento que não apenas puniu os corpos, mas também calou as vozes, em prol do argumento de que todas e quaisquer lutas dos trabalhadores eram estratégias dos comunistas para subversão da ordem política e social.²⁷

O anticomunismo também contribuiu para a construção de um discurso que atribuiu e continua atribuindo ao povo paranaense a insígnia de pacífico, ordeiro e conservador, negando as tensões e os conflitos próprios à história paranaense e minimizando a importância dos movimentos sociais e políticos. Isso tem repercussão na imposição da secular exclusão das classes populares do cenário da política institucional parlamentar no Paraná. Mas a principal consequência é o apagamento da memória das lutas dos trabalhadores, suas organizações, suas greves e suas ações de resistência. Esta tática da direita, alicerçada no anticomunismo, foi tão bem sucedida que poucos sabem da dimensão das lutas dos trabalhadores em solo paranaense.

²⁷ Sobre esta questão, um trabalho que investiga especificamente a conjuntura paranaense e o impacto do discurso anticomunista sobre a dinâmica institucional da polícia política, a DOPS, é a dissertação de mestrado de IPÓLITO, Verônica Karina. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*. Maringá: 2009. Dissertação (Mestrado em História) UEM.

**Trabalhadores e política: a atuação dos militantes do PCB no movimento operário
paranaense**
| Claudia Monteiro

Recebido em 22.06.2016
Aprovado em 24.06.2016